

Demonstrações Financeiras

CONVICON - CONTÊINERES DE VILA DO CONDE S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

CONVICON - CONTÊINERES DE VILA DO CONDE S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório da administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Convicon - Contêineres de Vila do Conde S.A. ("Companhia") relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. A Companhia tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres de Vila do Conde, no município de Barcarena, no Estado do Pará, desde maio de 2005.

Barcarena, 29 de março de 2023

A Administração.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Acionistas e Administradores da

Convicon - Contêineres de Vila do Conde S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Convicon - Contêineres de Vila do Conde S.A., (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Convicon - Contêineres de Vila do Conde S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 4, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas pela Companhia em 2022, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoriadas demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita

A Companhia tem, substancialmente, receitas de serviços proveniente de operações de cais, armazenagem alfandegada e operações logísticas, cuja transferência do serviço ocorre à medida que a presta o respectivo serviço contratado e o cliente se beneficia dele. A cada fechamento contábil, a Companhia estima e registra as receitas cuja transferência do serviço já tenha ocorrido (por competência), mas não tenham sido faturadas, baseadas em critérios definidos que levam em consideração os últimos anos de faturamento, multiplicados pela receita diária (tempo do serviço prestado) os quais envolvem julgamento da Administração. O critério de reconhecimento de receita e montante reconhecido (total da receita) estão divulgados na nota explicativa 3.c.

Devido à relevância dos valores envolvidos, bem como a complexidade do processo necessário para a determinação e registro parcial das receitas destes serviços, conforme mencionado acima, a receita de prestação de serviços pode estar suscetível a erros nos valores ou ser reconhecida na competência incorreta.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho dos controles implementados pela Administração para o processo de reconhecimento das receitas; (ii) execução de testes de auditoria com o intuito de avaliar a integridade das bases de dados (relatórios) geradas pelos sistemas de TI envolvidos no processo de reconhecimento de receita; (iii) confirmação de que uma amostra de navios estavam ainda atracados na data do encerramento do exercício; (iv) comparação do valor médio da receita diária utilizada na estimativa calculada pela Companhia com o valor médio da receita faturada de uma amostra de notas fiscais emitidas subsequentemente em 2023 e relacionadas aos serviços prestados; (v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram todas as informações relevantes, em especial, a divulgação das políticas contábeis da Companhia com relação ao reconhecimento e corte de receita.

Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de redução da provisão de receita de serviços prestados, sendo este ajuste não registrado pela administração tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela Administração são razoáveis e as divulgações são consistentes com os dados e informações obtidos.

Valor recuperável do ativo imobilizado e intangível

A Companhia registra valores de ativo imobilizado e intangível, cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios preparados pela Administração da Companhia.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou indeterminável, que não estão sujeitos à amortização, são testados com relação à redução ao valor recuperável (*impairment*) pela Administração no mínimo anualmente. Além da relevância do saldo, os modelos e premissas utilizados nos testes de recuperabilidade dos ágios e de outros ativos intangíveis requerem o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas. Dentre as premissas utilizadas, podemos citar principalmente os fluxos de caixa esperados e a taxa de juros ajustada ao risco para cada unidade geradora de caixa ou grupo de unidades geradoras de caixa.

Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura para fins de avaliação do valor recuperável desses investimentos, realizado por meio de modelos de avaliação econômica, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) obtenção do entendimento do processo de preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e análises ao valor recuperável das unidades geradoras de caixa onde os ativos imobilizado e intangível, incluindo ágio, foram alocados, disponibilizados pela Companhia; (ii) avaliação da razoabilidade da determinação das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) para o teste de redução ao valor recuperável; (iii) com o auxílio de nossos especialistas, avaliamos a taxa de desconto e principais premissas econômicas aplicadas às UGCs, utilizadas pela Companhia na preparação das projeções e comparamos com dados obtidos de fontes externas, como o crescimento econômico projetado, inflação e taxas de desconto; (iv) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram todas as informações relevantes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria realizados sobre o teste de valor recuperável, consideramos que as premissas e critérios relacionados aos testes são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S. Ltda.
CRC-SP-034519/O

Flávio de Luna Fragoso
Contador CRC -PE-026316/O

CONVICON - CONTÊINERES DE VILA DO CONDE S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVOS</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u> Reapresentado*
CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	6	66.869	109.110
Contas a receber	7	15.778	14.007
Estoques	8	4.577	3.364
Ativo fiscal corrente	9	716	349
Outros ativos		264	942
Total dos ativos circulantes		<u>88.204</u>	<u>127.772</u>
NÃO CIRCULANTES			
Depósitos judiciais	13	2.674	2.227
Ativo fiscal diferido	19.b)	2.619	2.011
Outros ativos		10	16
Imobilizado	10	129.918	102.501
Intangível		1.944	470
Total dos ativos não circulantes		<u>137.165</u>	<u>107.225</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>225.369</u>	<u>234.997</u>

<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u> Reapresentado*
CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos	11	4.524	5.619
Debêntures	12	6.259	5.945
Fornecedores		10.054	7.599
Fornecedores risco sacado	25	1.174	577
Salários e obrigações sociais		3.851	3.248
Impostos e taxas		2.471	1.692
Imposto de renda e contribuição social a pagar		237	674
Dividendos a pagar	5.d)	4.256	6.278
Instrumentos financeiros derivativos	22.a)	165	-
Arrendamento mercantil	14	5.280	7.779
Outros passivos	5.a)	352	207
Total dos passivos circulantes		<u>38.623</u>	<u>39.618</u>
NÃO CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos	11	2.128	7.397
Debêntures	12	47.698	50.686
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	13	3.431	1.425
Passivos atuariais - assistência médica complementar	21	1.095	1.165
Instrumentos financeiros derivativos	22.a)	1.463	-
Arrendamento mercantil	14	23.555	22.323
Total dos passivos não circulantes		<u>79.370</u>	<u>82.996</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	15.a)	90.069	90.069
Reserva de capital	15.b)	83	83
Reserva de lucros	15.c)	16.302	2.635
Dividendo adicional proposto	15.d)	-	18.834
Ajuste de avaliação patrimonial	15.e)	922	762
Total do patrimônio líquido		<u>107.376</u>	<u>112.383</u>
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>225.369</u>	<u>234.997</u>

* A Companhia identificou as informações comparativas reapresentadas com o título "Reapresentado". Entendemos que isso é necessário para destacar o fato de que as informações comparativas não são as mesmas apresentadas nas demonstrações financeiras do ano anterior pelo efeito da mudança de prática contábil, conforme nota explicativa nº 4.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONVICON - CONTÊINERES DE VILA DO CONDE S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo por ação)

	Nota explicativa	31.12.2022	31.12.2021 Reapresentado*
RECEITA LÍQUIDA	16	139.216	132.961
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	17	(101.298)	(79.948)
LUCRO BRUTO		37.918	53.013
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Despesas com vendas	17	(1.168)	(1.175)
Provisão para perdas de créditos esperados e perdas de créditos incobráveis	17	(2.916)	(845)
Despesas gerais e administrativas	17	(5.781)	(4.652)
Outras receitas operacionais		41	202
Outras despesas operacionais		(21)	(11)
Total		(9.845)	(6.481)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		28.073	46.532
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	18	21.438	7.051
Despesas financeiras	18	(22.435)	(14.434)
Total do resultado financeiro		(997)	(7.383)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		27.076	39.149
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Imposto de renda e contribuição social - correntes	19.a)	(9.841)	(9.533)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	19.a)	688	(3.509)
Total do imposto de renda e da contribuição social		(9.153)	(13.042)
LUCRO DO EXERCÍCIO		17.923	26.107
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - R\$			
Ordinária	20	0,20011	0,28986
Preferencial	20	0,20011	0,28986

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONVICON - CONTÊINERES DE VILA DO CONDE S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u> Reapresentado*
LUCRO DO EXERCÍCIO		17.923	26.107
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES			
Assistência médica complementar	21	242	1.988
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre (Ganho) - assistência médica complementar	21	(82)	(676)
Total assistência médica complementar	21	160	1.312
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		<u>18.083</u>	<u>27.419</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONVICON - CONTÊINERES DE VILA DO CONDE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucro		Dividendo adicional proposto	Lucro / (prejuízos) acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do Patrimônio líquido
			Plano de opção de compra de ações	Legal	Investimentos				
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2021, COMO PREVIAMENTE DIVULGADOS		90.069	83	1.512	-	17.104	-	(550)	108.218
Impacto da mudança de prática		-	-	-	128	-	-	-	128
SALDOS REAPRESENTADOS EM 1º DE DEZEMBRO DE 2021		90.069	83	1.512	128	17.104	-	(550)	108.346
Dividendos pagos		-	-	-	-	(17.104)	-	-	(17.104)
Passivo atuarial - despesas médicas	21	-	-	-	-	-	-	1.312	1.312
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	26.107	-	26.107
Destinação do lucro:									
Reserva legal	15.c)	-	-	1.322	-	-	(1.322)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15.d)	-	-	-	-	-	(6.278)	-	(6.278)
Dividendo adicional proposto	15.d)	-	-	-	-	18.834	(18.834)	-	-
Reserva para investimento e expansão	15.c)	-	-	-	(327)	-	327	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		90.069	83	2.834	(199)	18.834	-	762	112.383
Dividendos pagos		-	-	-	-	(18.834)	-	-	(18.834)
Passivo atuarial - despesas médicas	21	-	-	-	-	-	-	160	160
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	17.923	-	17.923
Destinação do lucro:									
Reserva legal	15.c)	-	-	896	-	-	(896)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15.d)	-	-	-	-	-	(4.256)	-	(4.256)
Reserva para investimento e expansão	15.c)	-	-	-	12.771	-	(12.771)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		90.069	83	3.730	12.572	-	-	922	107.376

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONVICON - CONTÊINERES DE VILA DO CONDE S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	31.12.2022	31.12.2021 Reapresentado*
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro antes dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social	27.076	39.149
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa e equivalentes de caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Variações monetárias, cambiais e derivativos	5.718	5.981
Depreciações e amortizações	13.852	11.852
Reversão de provisão para contingências	2.285	1.440
Provisão para perdas de créditos esperados e perdas de créditos incobráveis	2.916	845
Assistência médica complementar	172	347
Juros sobre debêntures apropriados	2.648	2.677
Juros sobre empréstimos apropriados	371	705
Juros sobre arrendamento mercantil	3.046	2.840
	58.084	65.836
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(4.687)	(3.279)
Estoques	(1.213)	(754)
Ativo fiscal corrente	(367)	2.686
Depósitos judiciais	(447)	17
Outros ativos	684	(464)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	2.455	2.069
Fornecedores risco sacado	597	(704)
Salários e obrigações sociais	603	643
Impostos, taxas e contribuições	779	334
Outros passivos	144	28
	56.632	66.412
Imposto de renda e contribuição social pagos	(10.277)	(9.443)
Baixa de contingências por pagamento	(279)	(740)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	46.076	56.229
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de bens do imobilizado	(37.519)	(14.728)
Aumento do ativo intangível	(1.051)	(178)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(38.570)	(14.906)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos captados	-	(10)
Pagamentos de empréstimos e debêntures	(10.847)	(11.136)
Dividendos pagos	(25.113)	(22.805)
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos	(2.407)	-
Juros pagos por debêntures / empréstimos	(2.893)	(3.246)
Pagamentos arrendamento mercantil	(8.487)	(7.693)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(49.747)	(44.890)
(REDUÇÃO) AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(42.241)	(3.567)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	109.110	112.677
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	66.869	109.110
(REDUÇÃO) AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(42.241)	(3.567)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONVICON - CONTÊINERES DE VILA DO CONDE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Convicon - Contêineres de Vila do Conde S.A. ("Companhia") tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres de Vila do Conde, no município de Barcarena, no Estado do Pará, sede da Companhia, desde maio de 2005, quando assumiu o arrendamento do Terminal, conforme Aditivo nº 02 do Contrato nº 14/2003, que até então era arrendado pela Transnav Ltda., desde setembro de 2003, por meio de implantação e exploração de pátio para movimentação e armazenagem de contêineres, veículos e afins que envolvem sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, outorga de direito de passagem na ponte de acesso aos píeres e utilização especial do berço de uso público 301, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União.

A controladora da Companhia é a Pará Empreendimentos Financeiros S.A., que detém 100% das ações que representam o capital social, entretanto, a controladora final da Companhia é a Santos Brasil Participações S.A.

1.1. Principais eventos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

<u>Compromisso de investimento decorrentes do contrato de exploração do Tecon Vila do Conde com a Companhia Docas do Pará - CDP</u>	Em razão do 8º Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 14/2003, firmado em 16 de novembro de 2017, entre o Tecon Vila do Conde e a União Federal, por intermédio do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil ("MTPAC"), com a interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ") e da Companhia Docas do Pará ("CDP"), cujo objeto foi à prorrogação antecipada do referido arrendamento portuário até 18 de setembro de 2033, a Companhia assumiu o compromisso de investir até o final do ano de 2033, o montante de R\$129.044 em ampliação, equipamentos e sistemas. Os investimentos realizados até 31 de dezembro de 2022 foram no montante de R\$74.612 (R\$73.779 em 31 de dezembro de 2021).
<u>10º Termo Aditivo do Tecon Vila do Conde - Adensamento de área</u>	Em 10 de junho de 2022, foi celebrado o 10º Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 14/2003, firmado entre o Tecon Vila do Conde e a União Federal, por intermédio do Ministério da Infraestrutura, com a interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ") e da Companhia Docas do Pará ("CDP"), cujo objeto foi à expansão da área de 86.615 m² para 107.967,55 m².
<u>Guerra Rússia x Ucrânia</u>	Apesar de possuir exposição direta às rotas impactadas pela guerra Rússia e Ucrânia, o volume é imaterial e, portanto, não há expectativa de impacto significativo nas operações da Companhia.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 29 de março de 2023.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.4 Estimativas e julgamentos contábeis

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2023, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 7 - provisão para perdas de créditos esperada;
- Nota explicativa nº 10 - vida útil dos ativos;
- Nota explicativa nº 13 - reconhecimento e mensuração de provisão para riscos, tributários, trabalhistas e cíveis;
- Nota explicativa nº 19 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos;
- Nota explicativa nº 21 - mensuração e principais premissas de passivos atuariais - assistência médica complementar.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC's, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações ("inputs") utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*"inputs"* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 22 - Instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Exceto pelo tema divulgado na nota explicativa nº 4, as políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas pela Companhia, de maneira consistente, em todos os exercícios apresentadas nestas demonstrações financeiras.

a) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras nas datas de apresentação das demonstrações financeiras são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquelas datas.

b) Receita operacional

A receita de serviços é reconhecida no resultado em virtude da respectiva prestação e está relacionada, principalmente, a operações de cais e armazenagem alfandegada. As operações de cais referem-se, basicamente, ao embarque e desembarque de contêineres dos navios e são reconhecidas no resultado em virtude da conclusão das operações de cada navio, ou seja, transferência do controle pelo cumprimento da obrigação de desempenho. A armazenagem alfandegada está relacionada à armazenagem de carga de importação ou de exportação. Os preços são formados mediante acordo com os clientes e em sua grande maioria formalizados em contratos. A receita de armazenagem é reconhecida no resultado no momento do desembarque aduaneiro e da retirada da carga importada pelo importador ou do embarque no navio da carga exportada, nos casos em que as cargas permaneçam armazenadas excedendo um mês de sua data de entrada, a receita é reconhecida dentro do mês com valores estimados.

c) Instrumentos financeiros e de patrimônio

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornou parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que sejam contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado - VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA (instrumento de dívida); ao VJORA (instrumento patrimonial); ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes - ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros, caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Capital social - Ações ordinárias e preferenciais

Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em Estatuto, são reconhecidos como passivo.

d) Ajuste a valor presente

As contas sujeitas a ajuste a valor presente são: empréstimos e financiamentos, debêntures, poder concedente e arrendamento mercantil. A mensuração do ajuste é realizada por modelo de fluxo de caixa futuro, de acordo com as taxas contratuais, descontados a valor presente utilizando taxas de mercado. As informações utilizadas para as projeções são divulgadas pela B3 - Brasil Bolsa Balcão, BC - Banco Central do Brasil, ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais, entre outros.

e) Estoques

Os estoques, representados, principalmente, por itens de manutenção e são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exerce o valor de mercado.

f) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("*impairment*") acumuladas, quando necessário.

Os equipamentos de carga apresentados no imobilizado são equipamentos não reversíveis ao final do contrato de arrendamento.

O *software* comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado, conforme incorridos.

Depreciação

Reconhecida no resultado com base no método linear quanto às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for o mais curto entre o prazo de arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que irá obter a propriedade no fim do prazo do arrendamento.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativas estão apresentadas na nota explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Ativos arrendados

No início de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Os contratos de arrendamentos de áreas portuárias, são considerados como ativos arrendados em contrapartida ao reconhecimento a valor presente das parcelas fixas e variáveis mínimas (movimentações mínimas contratuais) fixadas no contrato de arrendamento, no passivo. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia opta por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar suas avaliações se exercerão uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido à zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia opta por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de circulante, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

g) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há ativos intangíveis gerados internamente.

Gastos subsequentes

Capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados nos ativos específicos aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

h) Redução ao valor recuperável (“impairment”)

Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de créditos esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito da Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”:

- As perdas de créditos esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro;
- As perdas de créditos esperadas para 12 meses são perdas de créditos que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de créditos esperadas

As perdas de créditos esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de créditos. As perdas de créditos são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de créditos esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de créditos esperadas no balanço patrimonial.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio que não tenha vida útil definida, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. Para fins de análise de *impairment* foi definida como unidade geradora de caixa o terminal portuário do Tecon Vila do Conde firmado junto a Companhia Docas do Pará - CDP.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i) Benefícios a empregados

Benefícios de término de vínculo empregatício

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como despesa quando estão comprovadamente comprometidos, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício devido a uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso tenha sido feita uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data de apresentação das demonstrações financeiras, eles são descontados a seus valores presentes.

Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago relativo aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

Assistência médica complementar

Os gastos com o plano de assistência médica na aposentadoria são reconhecidos pelo Método da Unidade de Crédito Projetada com base em avaliação atuarial realizada anualmente nas datas de apresentação das demonstrações financeiras. O custo de serviços passados é amortizado pelo método linear pelo período médio até que os benefícios tenham sido adquiridos.

A obrigação com benefícios de assistência médica reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados, conforme nota explicativa nº 21.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e for provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, conforme avaliação de risco dos assessores legais da Companhia.

k) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros.

l) Imposto de renda e contribuição social

Os valores desses tributos do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas nas datas de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste nos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação aos prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, com base nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até as datas de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionem a imposto de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de apresentação das demonstrações financeiras e serão reduzidos à medida que sua realização não for mais provável.

m) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. A Companhia não possui nenhum instrumento diluidor de seu resultado.

n) Demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia optou por classificar os juros pagos e recebidos como fluxo de caixa de financiamento, opção essa prevista nos termos do pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

o) IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro)

Essa interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações em que a Companhia tenha definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal. Em situações em que determinados tratamentos sejam incertos, a Companhia deve definir a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação ao tema e apresentá-los em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento.

A Administração da Companhia passou a considerar os aspectos do IFRIC 23 (ICPC 22) e revisou os julgamentos efetuados na apuração do imposto de renda e contribuição social, concluindo não haver tratamentos incertos utilizados em suas demonstrações financeiras, uma vez que todos os procedimentos adotados para o recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação aplicável e precedentes judiciais.

p) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Alterações nas normas de contabilidade

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1);
- IFRS 1 *First-time Adoption of International Financial Reporting Standards* - Subsidiária como adotante pela primeira vez;
- IFRS 9 *Financial Instruments* - Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros); e
- IAS 41 *Agriculture* - Tributação em mensuração a valor justo (equivalente ao CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola).

Os pronunciamentos novos ou revisados com validade pela primeira vez nos períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2022 não apresentaram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Novas normas e pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas e não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis combinadas, estão descritas a seguir:

- IFRS 17 - Contratos de seguro;
- Alterações ao IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis);
- Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis);
- Alterações ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2* - Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis); e

- Alterações ao IAS 12 - Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis).

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. MUDANÇA VOLUNTÁRIA NA PRÁTICA CONTÁBIL E REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Buscando harmonizar as políticas contábeis aplicadas em sua controladora final a Santos Brasil Participações S.A. em todos os contratos de arrendamento portuários em que é concessionária, considerando que os contratos devem observar a prática emanada do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Arrendamento, a Companhia decidiu de forma voluntária, uniformizar suas políticas contábeis para os contratos de arrendamento.

Em razão dessa mudança de práticas contábeis é necessário reapresentar, retrospectivamente, suas demonstrações financeiras do exercício anterior findo em 31 de dezembro de 2021, referente aos contratos de arrendamento portuários anteriores a 1º de janeiro de 2019.

Desta forma, todos os contratos passaram a ser apresentados em conformidade com o CPC 06 (R2) - Arrendamento. Consequentemente, foram realizados os devidos reflexos na adoção do pronunciamento, tais como, revisão da taxa incremental de juros, mensuração e desconto a valor presente dos fluxos de pagamentos futuros com inclusão dos PIS e COFINS nas parcelas fixas e variáveis mínimas (movimentações mínimas contratuais) fixadas nos contratos de concessão portuárias, remensurações reavaliadas e adoção do tratamento contábil do PIS e COFINS, conforme ofício circular da CVM nº 02/2019.

Os efeitos na mudança da prática contábil no balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2021, os quais são majoritariamente reclassificações entre ativos e passivos, de forma qualitativa, não geraram efeitos materiais nos saldos de abertura que impactem as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras:

a) Balanço patrimonial:

	31 de dezembro de 2021		
	Originalmente apresentado	Efeitos da mudança de política contábil	Reapresentado
Ativos			
Circulantes			
Outros ativos circulantes	127.772	-	127.772
Ativos circulantes	127.772	-	127.772
Não circulantes			
Ativo fiscal diferido	1.909	102	2.011
Ativo imobilizado	27.247	75.254	102.501
Ativo intangível	82.568	(82.098)	470
Outros ativos não circulantes	2.243	-	2.243
Total dos ativos não circulantes	113.967	(6.742)	107.225
Total dos ativos	241.739	(6.742)	234.997
Passivos e patrimônio líquido			
Circulantes			
Obrigações com poder concedente	2.198	(2.198)	-
Arrendamento mercantil	4.278	3.501	7.779
Outros passivos circulantes	31.839	-	31.839
Total dos passivos circulantes	38.315	1.303	39.618
Não circulantes			
Arrendamento mercantil	1.118	21.205	22.323
Obrigações com poder concedente	29.051	(29.051)	-
Outros passivos não circulantes	60.673	-	60.673
Total dos passivos não circulantes	90.842	(7.846)	82.996
Patrimônio líquido			
Reserva de lucros	2.834	(199)	2.635
Capital social	90.069	-	90.069
Reserva de capital	83	-	83
Dividendos adicionais propostos	18.834	-	18.834
Ajuste de avaliação patrimonial	762	-	762
Total do patrimônio líquido	112.582	(199)	112.383
Total dos passivos e do patrimônio líquido	241.739	(6.742)	234.997

b) Demonstrações do resultado:

	31 de dezembro de 2021		
	Originalmente apresentado	Efeitos da mudança de política contábil	Reapresentado
Receita líquida	132.961	-	132.961
Custo dos serviços prestados	(80.549)	601	(79.948)
Lucro bruto	52.412	601	53.013
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas com vendas	(1.175)	-	(1.175)
Provisão para perdas de créditos esperados e perdas de créditos incobráveis	(845)	-	(845)
Despesas gerais e administrativas	(4.652)	-	(4.652)
Outras receitas operacionais	202	-	202
Outras despesas operacionais	(11)	-	(11)
Total	(6.481)	-	(6.481)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	45.931	601	46.532
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	7.051	-	7.051
Despesas financeiras	(13.338)	(1.096)	(14.434)
Total do resultado financeiro	(6.287)	(1.096)	(7.383)
(Prejuízo) / lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	39.644	(495)	39.149
Imposto de renda e contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(9.533)	-	(9.533)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(3.677)	168	(3.509)
Total do imposto de renda e da contribuição social	(13.210)	168	(13.042)
Lucro / (Prejuízo) líquido do exercício	26.434	(327)	26.107
Lucro / (Prejuízo) básico / diluído por ação - R\$			
Ordinária	0,29349	(0,00363)	0,28986
Preferencial	0,29349	(0,00363)	0,28986

c) Demonstrações do resultado abrangente:

	31 de dezembro de 2021		
	Originalmente apresentado	Efeitos da mudança de política contábil	Reapresentado
(Prejuízo) / lucro líquido do exercício	26.434	(327)	26.107
Outros resultados abrangentes	1.312	-	1.312
Total do resultado abrangente do exercício	27.746	(327)	27.419

d) Demonstrações dos fluxos de caixa:

	31 de dezembro de 2021		
	Originalmente apresentado	Efeitos da mudança de Política contábil	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro / (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	39.644	(495)	39.149
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais:			
Juros sobre arrendamento mercantil	370	2.470	2.840
Juros sobre obrigações com poder concedente	1.222	(1.222)	-
Depreciações e amortizações	12.292	(440)	11.852
Outros	11.995	-	11.995
	65.523	313	65.836
(Aumento) redução nos ativos operacionais:	(1.794)	-	(1.794)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:	2.370	-	2.370
(Aumento) redução nos ativos operacionais:	66.099	313	66.412
Pagamentos obrigações com poder concedente	(3.067)	3.067	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(9.443)	-	(9.443)
Baixas de contingências com pagamento	(740)	-	(740)
Fluxo de caixa gerados pelas atividades operacionais	52.849	3.380	56.229
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Fluxo de caixa aplicados nas atividades de investimento	(14.906)	-	(14.906)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos arrendamento mercantil	(4.313)	(3.380)	(7.693)
Outras variações do fluxo de caixa das atividades de financiamento	(37.197)	-	(37.197)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicados nas) atividades de financiamento	(41.510)	(3.380)	(44.890)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa das operações continuadas	(3.567)	-	(3.567)
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa representado por			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	112.677	-	112.677
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	109.110	-	109.110
	(3.567)	-	(3.567)

5. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Contas correntes

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia tinha registrado na rubrica “Outros passivos” valores referentes ao rateio de despesas com serviços administrativos compartilhados.

	31.12.2022	31.12.2021
<u>Passivo circulante:</u>		
Santos Brasil Participações S.A.	352	207

b) Remuneração do pessoal-chave

A partir de 2021 os diretores e gerentes deixaram de receber benefícios de circulante e passaram a receber Plano de Participação nos Resultados - PPR vinculado a metas. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha provisionado o montante de R\$380 (R\$282 em 31 de dezembro de 2021).

c) Benefícios a colaboradores

A Companhia fornece a seus colaboradores benefícios que englobam, basicamente, seguro de vida, assistência médica, cesta básica e cartão-alimentação, vale-refeição e refeições prontas. Em 31 de dezembro de 2022, os benefícios supramencionados representaram a despesa de R\$6.432 (R\$5.255 em 31 de dezembro de 2021).

d) Dividendos a pagar

	31.12.2022	31.12.2021
Passivo circulante:		
Dividendos a pagar:		
Pará Empreendimentos Financeiros S.A.	4.256	6.278

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Caixa e equivalentes de caixa

<u>Saldos</u>	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e saldo em bancos	350	259
Aplicações financeiras	66.519	108.851
Total de caixa e equivalentes de caixa	66.869	109.110

<u>Natureza das aplicações financeiras</u>	Vencimento	31.12.2022	31.12.2021
Certificado de depósito bancário - CDB	2022	-	108.851
	2023	66.069	-
	2024	450	-
		66.519	108.851

As taxas médias das aplicações financeiras estão relacionadas à taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e referem-se às remunerações obtidas no período de janeiro a dezembro de 2022. As aplicações em CDB variaram de 99,00% a 102,00% (99,00% a 102,00% em 31 de dezembro de 2021).

O "Caixa e Equivalentes de Caixa" e as "Aplicações Financeiras" são mantidos com bancos que possuem *rating* entre BB- e AAA, baseado na agência de *rating* S&P (*Standard & Poor's*).

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

<u>Circulante:</u>	31.12.2022	31.12.2021
Contas a receber de clientes	16.715	14.210
Contas a receber de clientes a faturar	1.600	474
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas	(2.537)	(677)
Total	15.778	14.007

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	31.12.2022	31.12.2021
Créditos a vencer	12.582	10.973
Créditos em atraso até 60 dias	2.224	1.662
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	215	102
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	1.018	1.265
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	2.134	421
Créditos em atraso há mais de 361 dias	142	261
Total	18.315	14.684

Redução por perda do valor recuperável

A provisão para perdas de créditos esperadas é constituída, mediante análise do risco de crédito e do comportamento histórico da inadimplência. Para tanto, são considerados os créditos vencidos e a vencer para cálculo e constituição da provisão.

Os quadros a seguir refletem a variação da provisão para perdas de créditos esperadas e os títulos baixados ao resultado:

Saldo em 31.12.2020	394
Adições, líquida de reversões	845
Baixas	(562)
Saldo em 31.12.2021	677
Adições, líquida de reversões	2.916
Baixas	(1.056)
Saldo em 31.12.2022	2.537

8. ESTOQUES

	31.12.2022	31.12.2021
Material de manutenção	4.270	3.064
Material administrativo	77	83
Material de segurança	111	93
Outros	119	124
Total	4.577	3.364

Os materiais mantidos em estoque são utilizados, principalmente, na manutenção de equipamentos operacionais e são reconhecidos no resultado do exercício quando utilizados.

9. ATIVO FISCAL CORRENTE

	31.12.2022	31.12.2021
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	171	48
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	295	267
Imposto sobre Serviço - ISS	250	34
Total	716	349

Os créditos de IRRF, no montante de R\$171 (R\$48 em 31 de dezembro de 2021), referiam-se a aplicações financeiras do exercício vigente da Companhia.



Os créditos de IRPJ e CSLL, no montante de R\$295 (R\$267 em 31 de dezembro de 2021), referiam-se, principalmente, ao reconhecimento IRPJ e CSLL sobre SELIC pagos indevidamente pela Companhia, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal ("STF"), no julgamento de mérito do RE nº 1.063.187.

Os créditos de ISS, no montante de R\$250 (R\$34 em 31 de dezembro de 2021), são decorrentes de créditos sobre o faturamento e antecipação na apuração.

10. IMOBILIZADO

Reapresentado*

	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos de movimentação de carga	Imobilizações em andamento (**)	Equipamentos de informática	Máquinas, equipamentos e acessórios	Instalações, móveis e utensílios	Veículos	Direito de uso - Aluguéis	Direito de uso - Contratos de Concessão	Outros itens	Total
Taxa média de depreciação (% a.a.)	7,4	9,6	-	20	10	10	20	26,1	6,5	10	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2021	21.465	26.587	16.467	1.228	125	121	-	875	21.895	15	88.778
Movimentações											
Aquisições / transferências	12.995	2.293	(1.972)	950	197	189	-	8.406	2.405	75	25.538
Reclassificações (***)	-	-	(55)	-	-	-	-	-	-	-	(55)
Depreciações	(2.338)	(3.289)	-	(322)	(19)	(18)	-	(4.027)	(1.734)	(13)	(11.760)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	32.122	25.591	14.440	1.856	303	292	-	5.254	22.566	77	102.501
Saldos em 31 de dezembro de 2021											
Custo	56.687	46.659	14.440	3.659	4.604	1.012	188	15.412	26.733	114	169.508
Depreciação acumulada	(24.565)	(21.068)	-	(1.803)	(4.301)	(720)	(188)	(10.158)	(4.167)	(37)	(67.007)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	32.122	25.591	14.440	1.856	303	292	-	5.254	22.566	77	102.501
Taxa média de depreciação (% a.a.)	8,3	9,5	-	20	10	10	20	27,2	6,6	10	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2022	32.122	25.591	14.440	1.856	303	292	-	5.254	22.566	77	102.501
Movimentações											
Aquisições / transferências	44.219	1.859	(12.172)	2.759	753	84	-	-	4.173	18	41.693
Reclassificações (***)	-	-	(605)	-	-	-	-	-	(1)	-	(606)
Depreciações	(2.988)	(3.543)	-	(725)	(79)	(44)	-	(4.204)	(2.067)	(20)	(13.670)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2022	73.353	23.907	1.663	3.890	977	332	-	1.050	24.671	75	129.918
Saldos em 31 de dezembro de 2022											
Custo	100.906	48.519	1.663	6.419	5.358	1.095	188	15.411	30.906	131	210.596
Depreciação acumulada	(27.553)	(24.612)	-	(2.529)	(4.381)	(763)	(188)	(14.361)	(6.235)	(56)	(80.678)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2022	73.353	23.907	1.663	3.890	977	332	-	1.050	24.671	75	129.918

(*) Conforme nota explicativa nº 4.

(**) O valor de adições na rubrica "Imobilizações em andamento" está líquido das transferências efetuadas quando da entrada de bens em operação para os grupos que os representam.

(***) Reclassificações, principalmente, para o intangível.

Em 31 de dezembro de 2022, foi efetuado teste de recuperação, com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso) da UGC considerando o orçamento anual para o exercício de 2023 e o planejamento de longo prazo até 2033, elaborado para a Companhia, com as seguintes premissas mais relevantes:

Taxa de crescimento dos próximos 5 anos:	2023	2024	2025	2026	2027
Tecon Vila do Conde (i)	13,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

(i) Sem consideração de crescimento de volume de maneira conservadora;

- Gestão de custos com foco no crescimento de eficiência e redução dos custos unitários;
- Taxa real de desconto aplicada no conceito de fluxo de caixa descontado, tendo o *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* - EBITDA como fluxo de entrada de recursos e o valor em uso dos bens ao ativo imobilizado e intangível como fluxos de saída de recursos;
- Na data-base de 31 de dezembro de 2022 foi tomado o montante dos ativos operacionais, no qual está inserido o valor líquido do direito de uso.

	31.12.2022	31.12.2021
Taxa de desconto:	7,96%	7,96%

A taxa de desconto utilizada se deu por meio das taxas WACC divulgadas pelas entidades financeiras que acompanham a Companhia com dados de mercados atualizados.

O valor recuperável estimado da UGC é superior ao valor dos ativos operacionais, incluindo os ativos divulgados nesta nota explicativa, em 31 de dezembro de 2022. A Administração não espera impacto quanto ao valor recuperável, com base nas premissas adotadas / utilizadas para o cálculo.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Juros	Atualizações	Amortização	31.12.2022	31.12.2021	Moeda da transação
Moeda nacional: FINAME	TLP + 4,60% a.a.	UMSELIC	Mensal	158	788	R\$
				158	788	
Moeda estrangeira: FINIMP (*)	EURIBOR + 3,02% a.a.	Variação cambial	Semestral	6.494	12.228	€
				6.494	12.228	
Total				6.652	13.016	
(-) Circulante				(4.524)	(5.619)	
Não circulante				2.128	7.397	

(*) O FINIMP possui *covenants*, vide principais compromissos e cálculo a seguir.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira têm os juros acrescidos do IRRF na remessa, conforme previsão contratual.

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada no quadro a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Saldo inicial	13.016	18.677
Juros e custos apropriados	371	705
Var. monetária e cambial	(1.537)	(7)
(-) Amortização da dívida	(4.778)	(5.586)
(-) Juros pagos (*)	(420)	(773)
Saldo final	6.652	13.016

(*) Os juros pagos estão sendo apresentados na "Demonstração de Fluxo de Caixa" na rubrica "Atividade de Financiamentos".

O FINIMP da Companhia possui *covenants*, a ser apurado decorrente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA, cujo quociente deverá ser igual ou inferior a 2,5 (vezes), tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas auditadas da sua controladora indireta Santos Brasil Participações S.A. ("Santos Brasil"). Em 31 de dezembro de 2022, o resultado do índice foi atingido.

Garantias

Garantias concedidas

	Vencimento	Moeda	Garantias
FINAME	Fevereiro/23	R\$	Equipamento objeto da transação ^(a)
FINAME	Abril/23	R\$	Equipamento objeto da transação ^(a)

(a) Conforme nota explicativa nº 10.

Os demais empréstimos e financiamentos não possuem garantias.

Garantias obtidas

Na data-base 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possuía nenhuma garantia tomada decorrente das operações em aberto nem de nenhuma outra operação existente.

Em 31 de dezembro de 2022, a dívida não circulante tinha a seguinte estrutura de vencimento:

	2024	Total
FINIMP	2.128	2.128
Total	2.128	2.128

12. DEBÊNTURES

	Juros	Atualizações	Amortização	31.12.2022	31.12.2021
Debêntures	4,2% a.a.	IPCA	Semestral	53.957	56.631
(-) Circulante				(6.259)	(5.945)
Não circulante				47.698	50.686

(a) Em 25 de outubro de 2019, foi aprovado em assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia, a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, no montante total de R\$60.000. As debêntures contarão com o incentivo previsto no artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Em 26 de agosto de 2019, o Conselho de Administração da controladora indireta Santos Brasil deliberou a concessão de garantia para a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, no montante total de R\$60.000. A operação foi liquidada em 03 de dezembro de 2019.

A tabela abaixo apresenta um resumo contendo as condições finais das Debêntures:

Série	Vencimento	Taxa final	Volume Alocado (R\$)
Série única	17 de novembro de 2031	IPCA + 4,20% a.a.	60.000

A movimentação das debêntures está demonstrada no quadro a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Saldo inicial	56.631	55.999
(-) Custo das captações	-	(10)
Valor líquido captado	56.631	55.989
Juros e custos apropriados	2.648	2.677
Variação monetária s/ principal	3.220	5.988
(-) Amortização da dívida	(6.069)	(5.550)
(-) Juros pagos (*)	(2.473)	(2.473)
Saldo final	53.957	56.631

(*) Os juros pagos estão sendo apresentados na "Demonstração de Fluxo de Caixa" na rubrica "Atividade de Financiamentos".

Com base na cláusula 7.1.2, inciso II, da Escritura da Primeira Emissão da Convicon, a não observância do índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA ajustado (conforme definido abaixo), que deverá ser igual ou inferior a 3,0 vezes, poderá acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures. O índice financeiro deve ser apurado trimestralmente, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da sua controladora indireta Santos Brasil Participações S.A.

Em 31 de dezembro de 2022 o índice financeiro estava sendo atendido, conforme segue:

	Santos Brasil Participações S.A. 31.12.2022
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	614.631
Aplicações financeiras	-
Passivo	
Empréstimos e financiamentos	6.652
Debêntures	328.415
Arrendamento mercantil	62.984
Swap	1.628
Dívida líquida (*)	(214.952)
EBITDA ajustado (*)	685.673
Dívida líquida / EBITDA ajustado igual ou inferior a 3,0 vezes	(0,31)

(*) Para fins de apuração do índice financeiro, "EBITDA ajustado" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da sua controladora indireta Santos Brasil relativas aos 4 (quatro) trimestres imediatamente anteriores, o resultado de EBITDA menos as linhas da demonstração do fluxo de caixa relativas aos pagamentos de arrendamento mercantil (relacionadas somente às concessões, conforme nota explicativa nº 14 b), referente às parcelas fixa e variável mínima dos contratos de arrendamento. A dívida também não contempla os saldos a pagar referentes aos contratos de arrendamentos junto ao poder concedente.

13. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Contingências	31.12.2022	31.12.2021
Provisão trabalhista (a)	2.508	441
Provisão para processo Fator Acidentário de Prevenção - FAP (b)	216	198
Provisão tributária (c)	504	400
Outros processos	203	386
Total	3.431	1.425

Depósitos judiciais	31.12.2022	31.12.2021
Relativos às contingências:		
Processos trabalhistas (a)	71	49
Processo FAP (b)	72	68
Outros depósitos judiciais (d)	2.531	2.110
Total	2.674	2.227

(a) Trabalhista

Referem-se a processos de responsabilidade da Companhia provisionados no montante de R\$2.508 (R\$441 em 31 de dezembro de 2021), para os quais existem depósitos judiciais de R\$71 (R\$49 em 31 de dezembro de 2021) e 8 seguros garantia no montante de R\$2.706 (R\$3.472 em 31 de dezembro de 2021).

(b) Fator Acidentário de Prevenção - FAP

O provisionamento refere-se às impugnações administrativas apresentadas perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em razão da nova sistemática de cálculo da contribuição previdenciária, baseada na criação de índice multiplicador denominado FAP, calculado principalmente com base no número de acidentes do trabalho ocorridos nas empresas e de afastamentos de funcionários em comparação com as empresas que exercem a mesma atividade econômica (Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE). Diante da manutenção da cobrança, foi ajuizada medida cautelar requerendo autorização para o depósito judicial e suspensão da exigibilidade do crédito tributário referente ao FAP do ano 2010. A liminar foi deferida autorizando o depósito integral dos créditos, no montante de R\$72 (R\$68 em 31 de dezembro de 2021). Posteriormente, foi ajuizada ação ordinária para discussão da constitucionalidade e legalidade do FAP.

(c) Tributária

Referem-se, a provisão de Contribuição Previdenciária pela Receita Bruta - CPRB sobre oneração da folha de pagamento, no montante de R\$504 (R\$400 em 31 de dezembro de 2021).

(d) Outros processos

Referem-se, a outros processos trabalhistas, no montante de R\$485 (R\$525 em 31 de dezembro de 2021), outros depósitos nas esferas tributária e cível, no montante de R\$1.984 (R\$1.578 em 31 de dezembro de 2021), e a bloqueios judiciais, no montante de R\$62 (R\$7 em 31 de dezembro de 2021).

A movimentação das provisões para contingências, nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2022 e de 2021, está demonstrada nos quadros a seguir:

	Provisão trabalhista	Provisão FAP	Provisão tributária	Outros processos	Total
Saldo em 31.12.2020	129	193	400	3	725
Adições	198	5	-	552	755
Pagamento de condenação	11	-	-	(751)	(740)
Outras movimentações (*)	103	-	-	582	685
Saldo em 31.12.2021	441	198	400	386	1.425
Adições	-	18	104	2	124
Pagamento de condenação	(219)	-	-	(60)	(279)
Outras movimentações (**)	2.286	-	-	(125)	2.161
Saldo em 31.12.2022	2.508	216	504	203	3.431

(*) O montante de R\$685 refere-se, principalmente, a alterações de probabilidade de perda, no montante de R\$644.

(**) O montante de R\$2.161 refere-se, principalmente, a alterações de probabilidade de perda, no montante de R\$1.997.

Além dos processos anteriormente citados, a Companhia possui processos administrativos e judiciais em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de chance de perda possível, no montante de R\$4.475 (R\$5.613 em 31 de dezembro de 2021), sendo composto, principalmente de: (i) R\$1.014 cíveis; (ii) R\$742 tributários; (iii) R\$2.679 trabalhistas; e (iv) R\$ 40 outros processos. Não tendo nenhuma provisão para perdas registrada nas demonstrações financeiras.

14. ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Ativo de direito de uso

	Reapresentado*		
	Máquinas e equipamentos	Concessão	Total do ativo
Saldo contábil 31.12.2020	875	21.895	22.770
Adições / Baixas	8.406	2.405	10.811
Depreciação	(4.027)	(1.734)	(5.761)
Saldo contábil 31.12.2021	5.254	22.566	27.820
Adições	-	4.172	4.172
Depreciação	(4.204)	(2.067)	(6.271)
Saldo contábil 31.12.2022	1.050	24.671	25.721

(*) Conforme nota explicativa nº 4.

b) Passivo de arrendamento

	Reapresentado*		
	Máquinas e equipamentos	Concessão	Total do passivo
Saldo contábil 31.12.2020	932	23.212	24.144
Adições / Baixas	8.406	-	8.406
Juros apropriados	370	2.470	2.840
Variação monetária / Efeitos de renovação (**)	-	2.405	2.405
Pagamentos	(4.313)	(3.380)	(7.693)
Saldo contábil 31.12.2021	5.395	24.707	30.102
Adições	-	2.624	2.624
Juros apropriados	223	2.823	3.046
Variação monetária / Efeitos de renovação (**)	-	1.550	1.550
Pagamentos	(4.500)	(3.987)	(8.487)
Saldo contábil 31.12.2022	1.118	27.717	28.835

(*) Conforme nota explicativa nº 4.

(**) A contrapartida desse montante é o ativo imobilizado no ativo não circulante, conforme nota explicativa nº 10.

A Companhia reconhece no passivo as parcelas fixas e variáveis (movimentações mínimas contratuais) do contrato de concessão, sendo trazidas a valor presente na data inicial do contrato de arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2022, o fluxo bruto tinha a seguinte estrutura de vencimento:

Fluxo Bruto	48.593
2023	5.542
2024-2025	8.832
2026-2027	8.832
2028-2047	25.387
(-) Juros	(19.758)
	28.835

Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS / COFINS apresentados no quadro a seguir:

Fluxo de caixa	Reapresentado*			
	31.12.2022		31.12.2021	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação	48.593	28.834	49.205	30.102
Máquinas e equipamentos	1.125	1.118	5.625	5.395
Concessão	47.468	27.716	43.580	24.707
PIS / COFINS potencial (9,25%)	4.495	2.667	4.551	2.784
Máquinas e equipamentos	104	103	520	499
Concessão	4.391	2.564	4.031	2.285

(*) Conforme nota explicativa nº 4.

Taxas de desconto, períodos de vigência e seguro garantia

Contratos	Taxa de desconto a.a. (*)	Início do contrato	Término do contrato	Seguro garantia
Máquinas e equipamentos	7,48%	junho/2021	abril/2023	-
Concessão	11,28% e 14,70%	setembro/2003	setembro/2033	julho/2022 a julho/2023

(*) A taxa de desconto foi calculada através das projeções do custo de crédito CDI e adicionado o *spread* (divulgado pelo ANBIMA) de acordo com o prazo dos contratos.

A Companhia possui em seu contrato de concessão, compromissos de pagamento de valores com base em suas movimentações operacionais. Esses valores eram os vigentes em 31 de dezembro de 2022 e são atualizados anualmente, de acordo com os contratos de arrendamento pelo IPCA:

Compromissos	Em reais - R\$	
	Custo por contêiner movimentado	Custo por tonelada movimentada
Valor devido por contêiner cheio e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.	38,11	-
Valor devido por contêiner vazio.	7,62	-
Valor devido por tonelada.	-	3,81

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

	Ações ordinárias		Ações preferenciais	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Emitidas / autorizadas sem valor nominal	45.034.292	45.034.292	45.034.292	45.034.292

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Companhia era de R\$90.069, representado por 45.034.292 ações ordinárias e 45.034.292 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais não têm direito a voto e terão prioridade na distribuição do dividendo a ser distribuído.

b) Reserva de capital

Plano de opção de compra de ações

Representado pelo registro contábil do plano de opção de compra de ações, no montante de R\$83 em 31 de dezembro de 2022 (R\$83 em 31 de dezembro de 2021), obedecendo ao que determina o pronunciamento técnico CPC 10 - Pagamentos Baseados em Ações.

c) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva para investimento e expansão

Representada pelas propostas da Administração de retenção dos saldos remanescentes dos lucros líquidos do exercício e de exercícios anteriores, após as retenções previstas na legislação ou aprovadas pelos acionistas, tendo em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$12.572 (R\$(199) em 31 de dezembro de 2021), para fazer face ao plano de investimentos de expansão da Companhia.

d) Remuneração dos acionistas

São assegurados aos acionistas dividendos mínimos anuais de 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação societária e o Estatuto Social da Companhia.

A seguir, a demonstração da remuneração aos acionistas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	%	31.12.2022
Lucro líquido do exercício		17.923
Constituição da reserva legal	5%	(896)
Lucro líquido ajustado (a)		17.027
Dividendos mínimos obrigatórios	25%	4.256
Remuneração aos acionistas		
Dividendos mínimos obrigatórios		4.256
Remuneração bruta aos acionistas (b)	100%	4.256
Retenção de lucros (a - b)		12.771

e) Ajuste de avaliação patrimonial

Assistência médica complementar

Representado pelo registro contábil do cálculo atuarial da assistência médica complementar (nota explicativa nº 21), obedecendo ao que determina o pronunciamento técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

16. RECEITA OPERACIONAL

A seguir, a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas nas demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

	31.12.2022	31.12.2021
Receita bruta	158.590	149.945
Terminais Portuários	158.590	149.945
Operações Portuárias	92.419	87.299
Armazenagem Alfandegada	57.014	55.294
Carga Geral	9.157	7.352
Deduções da receita:		
Impostos sobre serviços	(17.098)	(15.765)
Outras	(2.276)	(1.219)
Total	139.216	132.961

17. DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	31.12.2022	31.12.2021
		Reapresentado*
Mão de obra avulsa	(848)	(563)
Taxas - Companhia Docas	(6.562)	(7.164)
Energia elétrica	(1.927)	(1.609)
Combustíveis e lubrificantes	(8.055)	(6.148)
Fretes	(82)	(94)
Outros serviços e materiais	(112)	(406)
Despesas com pessoal	(41.800)	(34.333)
Locação de equipamentos	(6.651)	(4.698)
Consultoria, assessoria e auditoria	(689)	(558)
Manutenção operacional	(10.538)	(8.388)
Outros serviços	(3.813)	(1.832)
Depreciação e amortização	(13.852)	(11.852)
Provisão para perdas de créditos esperadas e perdas de créditos incobráveis	(2.916)	(845)
Despesas compartilhadas	(6.417)	(2.718)
Outras despesas	(6.901)	(5.412)
Total	(111.163)	(86.620)
Classificadas como:		
Custo dos bens e/ou serviços prestados	(101.298)	(79.948)
Despesas com vendas	(1.168)	(1.175)
Provisão para perdas de créditos esperadas e perdas de créditos incobráveis	(2.916)	(845)
Despesas gerais e administrativas	(5.781)	(4.652)
Total	(111.163)	(86.620)

(*) Conforme nota explicativa nº 4.

18. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	31.12.2022	31.12.2021
		Reapresentado*
Receitas financeiras:		
Rendimento de aplicações financeiras	10.156	4.594
Variações monetárias e cambiais ativas	6.373	2.150
Valor justo da operação de <i>Swap</i>	4.208	-
Correção impostos a recuperar	29	15
Juros	357	284
Outras receitas	315	8
Total	21.438	7.051
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures e empréstimos	(3.019)	(3.382)
Despesas bancárias	(166)	(150)
Variações monetárias e cambiais passivas	(9.657)	(8.131)
Valor justo da operação de <i>Swap</i>	(6.642)	-
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(1)	(11)
Juros sobre arrendamento mercantil	(3.046)	(2.840)
(-) Crédito PIS / COFINS sobre juros CPC 06	205	178
Outras despesas	(109)	(98)
Total	(22.435)	(14.434)

(*) Conforme nota explicativa nº 4.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) - correntes e diferidos

A conciliação do IRPJ e da CSLL apropriados ao resultado é demonstrada a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
		Reapresentado*
Lucro antes da tributação	27.076	39.149
I - Valor base - IRPJ e CSLL:	(9.182)	(13.287)
Alíquotas nominais de 15% IRPJ e de 9% CSLL	(6.498)	(9.396)
Alíquota adicional de 10% IRPJ com dedução de R\$240	(2.684)	(3.891)
II - Efeitos das adições e exclusões permanentes de despesas e receitas	(239)	(247)
Adições permanentes:		
Contribuições a entidades de classe	(168)	(146)
Outras	(81)	(106)
Exclusões permanentes:		
Correção impostos - SELIC	10	5
III - Efeitos dos incentivos fiscais:	268	228
Incentivos fiscais	268	228
IV - Taxa efetiva:		
IRPJ e CSLL ajustados (I + II + III)	(9.153)	(13.306)
Alíquota efetiva	33,8%	34,0%
V - Ajustes extraordinários:	-	264
IRPJ e CSLL de exercício anterior	-	264
Efeitos do IRPJ e da CSLL no resultado (IV + V)	(9.153)	(13.042)

	31.12.2022	31.12.2021 Reapresentado*
IRPJ e CSLL - correntes	(9.624)	(9.533)
IRPJ e CSLL - diferidos	471	(3.509)
Total	(9.153)	(13.042)

(*) Conforme nota explicativa nº 4.

b) Composição dos ativos e passivos fiscais diferidos

Ativo	31.12.2022			31.12.2021 - Reapresentado*		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	-	-	-	854	307	1.161
Diferenças temporárias:						
Provisão para perdas de créditos esperadas	634	228	862	169	61	230
Provisão para contingências	732	263	995	256	92	348
Depreciação	(659)	(237)	(896)	(638)	(230)	(868)
Arrendamento mercantil	543	195	738	535	193	728
Outros	967	346	1.313	592	213	805
Perdas atuariais	(289)	(104)	(393)	(289)	(104)	(393)
Total	1.928	691	2.619	1.479	532	2.011
Ativo	1.928	691	2.619	1.479	532	2.011

(*) Conforme nota explicativa nº 4.

20. RESULTADO POR AÇÃO

Resultado básico e diluído por ação

O resultado por ação básico e diluído foram calculados com base no resultado da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 e na respectiva quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação nesses exercícios, conforme o quadro a seguir:

	31.12.2022			31.12.2021 - Reapresentado*		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro líquido do exercício	8.962	8.961	17.923	13.054	13.053	26.107
Quantidades de ações	44.784.101	44.784.101	89.568.202	45.034.292	45.034.292	90.068.584
Resultado por ação básico e diluído	0,20011	0,20011	0,20011	0,28986	0,28986	0,28986

(*) Conforme nota explicativa nº 4.

O lucro diluído por ação é calculado considerando os instrumentos que possam ter potencial efeito dilutivo no futuro.

21. PASSIVOS ATUARIAIS - ASSISTÊNCIA MÉDICA COMPLEMENTAR

Referem-se à provisão para assistência médica complementar, que reflete os custos dos planos de saúde aos empregados e diretores estatutários que farão jus ao benefício em período pós-emprego, conforme a Lei nº 9.656/98 e o pronunciamento técnico CPC 33 (R1) - Benefício a Empregados, determinado com base em estudo atuarial.

Os cálculos atuariais, efetuados sob a responsabilidade de atuário independente Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda, tiveram como premissas básicas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

<u>Hipóteses</u>	31.12.2022	31.12.2021
<u>Hipóteses econômicas:</u>		
Taxa de Desconto	6,18% a.a.	5,33% a.a.
Inflação Econômica	3,00% a.a.	3,50% a.a.
Inflação Médica ("HCCTR")	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Fator Idade ("Aging Factor")	3,50% a.a.	3,00% a.a.
Evolução do Custo Médico	Inflação Econômica + Inflação Médica + Fator Idade	Inflação Econômica + Inflação Médica + Fator Idade
Evolução da Contribuição	Inflação Econômica + Inflação Médica	Inflação Econômica + Inflação Médica
<u>Hipóteses biométricas:</u>		
Tábua de Mortalidade	AT-2000, segregada por sexo	AT-2000, segregada por sexo
Rotatividade	5%	5%
Idade de Entrada em Aposentadoria	Homem: 65 anos Mulher: 62 anos	Homem: 65 anos Mulher: 62 anos
Hipóteses de Aposentadoria	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade
Permanência na Aposentadoria	36,22%	36,95%
<u>Outras hipóteses</u>		
Composição Familiar	<u>Participantes Ativos</u> 90,00% Casados Diferença de Idade Titular: Masculino - 3 anos mais novo e Feminino - 3 anos mais velho <u>Participantes Assistidos</u> Família Real	<u>Participantes Ativos</u> 90,00% Casados Diferença de Idade Titular: Masculino - 3 anos mais novo e Feminino - 3 anos mais velho <u>Participantes Assistidos</u> Família Real

Com base nos relatórios do atuário independente elaborados, os quais contêm os valores de despesas projetadas, a Companhia registrou provisões proporcionais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

	31.12.2022	31.12.2021
Valor presente das obrigações atuariais	172	347
Perdas atuariais calculadas	923	818
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado	1.095	1.165
	31.12.2022	31.12.2021
Saldo Inicial	1.165	2.806
Custo do serviço	71	153
Juros sobre a obrigação	105	201
Benefícios pagos no ano (-)	(4)	(7)
(Ganho) / Perda atuarial sobre as obrigações de benefício definido	(242)	(1.988)
Saldo Final	1.095	1.165
(Ganho) / Perda atuarial sobre as obrigações de benefício definido	(242)	(1.988)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre (Ganho) / Perda	82	676
Efeito no patrimônio líquido	(160)	(1.312)

Análise de sensibilidade do passivo atuarial

Efeitos	31.12.2022	31.12.2021
Taxa de desconto -0,5% sobre a taxa nominal	1.520	1.330
Taxa de desconto +0,5% sobre a taxa nominal	1.001	1.029
Tábua de mortalidade -10%	1.421	1.239
Tábua de mortalidade +10%	918	1.100
Custos médicos +1,0% sobre a taxa real de crescimento	1.753	1.785
Custos médicos -1,0% sobre a taxa real de crescimento	1.034	1.020

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.), a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* as condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequadas. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os respectivos custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

		31.12.2022		31.12.2021	
	Nível de hierarquia	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo:					
Caixa e saldo em bancos	-	350	350	259	259
		350	350	259	259
Mensurados pelo custo amortizado:					
Contas a receber	2	15.778	15.778	14.007	14.007
		15.778	15.778	14.007	14.007
Valor justo por meio do resultado:					
Aplicações Financeiras	2	66.519	66.519	108.851	108.851
		66.519	66.519	108.851	108.851
Passivo:					
Mensurados pelo custo amortizado:					
Empréstimos e financiamentos	2	6.652	6.652	13.016	13.016
Debêntures	2	53.957	49.359	56.631	46.512
Fornecedores	2	11.228	11.228	8.176	8.176
Dividendos a pagar	2	4.256	4.256	6.278	6.278
		76.093	71.495	84.101	73.982
Valor justo por meio do resultado:					
Swap	2	1.628	1.628	-	-
		1.628	1.628	-	-

Valor justo

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Administração estabeleceu o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e o modelo de precificação de *swap* que faz o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela Administração da própria Companhia.

O valor justo desses derivativos quando aplicável é obtido por modelo de fluxos de caixa futuros, de acordo com as taxas contratuais, descontados para valor presente utilizando as taxas de mercado. As informações utilizadas para as projeções são divulgadas pela B3 - Brasil Bolsa Balcão, BC - Banco Central do Brasil, ANBIMA, entre outros.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteção das oscilações de passivos de curto e longo prazo, denominados em moeda estrangeira e/ou indexados ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA relativos a empréstimos e financiamentos e Debêntures. Tais operações não são utilizadas para fins especulativos.

O quadro a seguir mostra todas as operações com instrumentos financeiros derivativos existentes ou que tenham produzido efeitos financeiros. A coluna "Recebimentos/Pagamentos" mostra os valores recebidos/pagos por liquidações efetuadas ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e a coluna "Receita/Despesa" mostra o efeito reconhecido no resultado financeiro, associado às liquidações e à variação de valor justo dos derivativos nesse exercício:

Identificação	Valor nominal	Vencimento	Finalidade	Recebimento (pagamento)	Receita (despesa)	Valor justo		Ponta ativa	Ponta passiva
						Dez./2022	Dez./2021		
BR Partners	60.037	Nov./2031	Associado à IPCA	(2.407)	(1.600)	1.628	-	IPCA + 4,20%	CDI - 1,12% a.a.

b) Risco de mercado

As políticas da Companhia relativas à gestão de riscos de mercado incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram os riscos a que a Companhia está sujeita.

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações devido aos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio e da taxa de juros sobre o valor de suas participações em instrumentos financeiros.

A Companhia mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados. Adicionalmente, também são analisados quaisquer outros fatores de risco e a possibilidade da realização de operações para proteção contra eles.

b.1) *Risco cambial e análise de sensibilidade*

As transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente o Euro, encerraram o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 com desvalorização em relação ao Real de 11,89% em relação a 31 de dezembro de 2021.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros para proteção das oscilações de passivos circulantes denominados em moeda estrangeira relativos a empréstimos e financiamentos, portanto sem fins especulativos.

A Companhia possui empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira e a Administração os considera como os únicos instrumentos financeiros que podem oferecer riscos relevantes de cobertura.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

No quadro a seguir foram considerados cinco cenários de risco para os indexadores de moedas desses passivos financeiros, a Administração adotou para o cenário provável da Companhia a taxa divulgada pelo Banco Central do Brasil. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% das taxas no cenário provável. Já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50% das taxas no cenário provável.

Operação	Risco	Taxa	Exposição	Cenário provável I	Cenário II (+) 25%	Cenário III (+) 50%	Cenário IV (-) 25%	Cenário V (-) 50%
<u>Saldos patrimoniais</u>								
Passivos financeiros:								
Empréstimos e financiamentos	€	5,57	6.494	-	1.623	3.247	(1.623)	(3.247)
Dívida líquida			6.494	-	1.623	3.247	(1.623)	(3.247)

(*) O valor apresentado refere-se ao montante nominal dos contratos vigentes.

b.2) Exposição de juros e análise de sensibilidade

A Companhia gerencia esse risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas. Essas contratações estão expostas ao risco de flutuações na taxa de juros em função da parte passiva das operações de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de taxa de juros.

A parte passiva das obrigações com arrendamento mercantil está exposta ao risco de flutuação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Os saldos que estão expostos à volatilidade das taxas de juros praticadas estão sendo apresentados no quadro Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável a taxa divulgada pela B3 das operações de dívidas referenciadas em CDI e os índices acumulados dos últimos 12 meses para os passivos atrelados ao IPCA. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

Operação	Risco	Taxa	Exposição	Cenário provável I	Cenário II (+) 25%	Cenário III (+) 50%	Cenário IV (-) 25%	Cenário V (-) 50%
<u>Saldos patrimoniais</u>								
Ativos financeiros:								
Aplicações financeiras	CDI	13,65%	66.519	9.080	11.350	13.620	6.810	4.540
Passivos financeiros:								
Debêntures	IPCA	5,79%	53.957	3.124	3.905	4.686	2.343	1.562
Swap	CDI	13,65%	1.628	222	278	333	167	111
Arrendamento mercantil	IPCA	5,79%	28.835	1.670	2.087	2.504	1.252	835
Dívida líquida			17.901	(4.064)	(5.080)	(6.097)	(3.048)	(2.032)

c) Risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação (pulverização do risco).

A provisão para perdas de créditos esperadas, em 31 de dezembro de 2022, era de R\$2.537, representando 13,85% do saldo de contas a receber em aberto. Em 31 de dezembro de 2021, essa provisão era de R\$677, equivalente a 4,61%.

Também a Administração, visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

	31.12.2022	31.12.2021
Ativo:		
Caixa e equivalentes de caixa	66.869	109.110
Contas a receber	15.778	14.007
Total	82.647	123.117

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

A Administração julga que a Companhia não tem risco de liquidez, considerando a sua capacidade de geração de caixa e a sua estrutura de capital com baixa participação de capital de terceiros.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos, a fim de reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

	Saldo contábil 31.12.2022	Fluxo de pagamento				
		Fluxo esperado	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 30 anos
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	6.652	6.875	4.692	2.183	-	-
Debêntures	53.957	75.662	8.503	17.011	16.890	33.258
Fornecedores	11.228	11.228	11.228	-	-	-
Dividendos a pagar	4.256	4.256	4.256	-	-	-
Arrendamento mercantil	28.835	48.593	5.542	8.832	8.832	25.387
Total	104.928	146.614	34.221	28.026	25.722	58.645

e) Gestão de capital

A política da Administração do Grupo Santos Brasil é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do credor e do mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno sobre o capital e o nível de dividendos para acionistas, procurando manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente por meio do conceito do Custo Médio Ponderado de Capital ("Weighted Average Cost of Capital - WACC").

A dívida em relação ao capital nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 está apresentada a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
		Reapresentado*
Total dos passivos circulante e não circulante	117.993	122.614
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(66.869)	(109.110)
Dívida líquida	51.124	13.504
Total do patrimônio líquido	107.376	112.383
Relação dívida líquida sobre o patrimônio líquido	0,47612	0,12016

(*) Conforme nota explicativa nº 4.

23. EFEITOS NÃO CAIXA

Efeitos nas demonstrações em referência que não afetaram o caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, caso a operação tivesse afetado o caixa, seria apresentada na rubrica do fluxo de caixa abaixo:

	31.12.2022	31.12.2021
		Reapresentado*
(Aumento) do imobilizado do arrendamento mercantil	(4.174)	(10.810)
Transações das atividades de investimentos	(4.174)	(10.810)

(*) Conforme nota explicativa nº 4.

24. COBERTURA DE SEGUROS

Os seguros listados na tabela abaixo cobrem principalmente eventos de: responsabilidade civil, bens móveis e imóveis, responsabilidade civil de empregador (RCE), perda de receita por bloqueio de berço e canal, danos elétricos, transporte de passageiros e embarcações e danos aos cascos de embarcações.

Produto	Cobertura	Moeda	Vencimento
Seguro de operador portuário - SOP terminais portuários (*)	28.200	US\$	jan-23
Responsabilidade civil - ampla	20.000	US\$	
Bens móveis e imóveis	7.600	US\$	
Perda de receita por bloqueio de berço e canal (1)	600	US\$	
Seguro da frota de veículos (caminhões) - por veículo	1.100	R\$	out-23
Danos materiais a terceiros	500	R\$	
Danos pessoais a terceiros	500	R\$	
Danos morais	100	R\$	
Responsabilidade civil por danos ambientais	30.000	R\$	jul-23
Responsabilidade civil - administradores e diretores	40.000	R\$	jun-23
Responsabilidade civil - POSI (<i>Public Offering of Securities Insurance</i>)	60.000	R\$	out-25

(*) O Seguro de Operador Portuário ("SOP"), da cobertura destes seguros, a soma de indenizações pagas não poderá exceder ao limite máximo de garantia.

(1) Consequentes de paralisação total ou parcial das atividades.

25. RISCO SACADO

A Companhia mantém convênios firmados com bancos parceiros para estruturar com alguns fornecedores a operação de antecipação de recebíveis. Nessa operação os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para o Banco em troca do recebimento antecipado do título. O Banco, por sua vez, passa a ser o credor da operação, e a Companhia efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor. Essa operação não altera os termos e condições anteriormente estabelecidos com os fornecedores e por esse motivo a Administração classifica tais transações como atividade operacional na demonstração dos fluxos de caixa. A Companhia tinha em aberto, na rubrica "Fornecedores risco sacado", em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$1.174 (R\$577 em 31 de dezembro de 2021).

26. EVENTO SUBSEQUENTE

Decisão do STF nos Recursos Extraordinários n. 955.227 e 949.297. Objeto e Alcance

Em decisão unânime, proferida no dia 8 de fevereiro de 2023, o Plenário do Supremo Tribunal Federal - STF considerou que as decisões proferidas em controle concentrado de constitucionalidade (ADIn, ADC ou ADPF) ou em sede de repercussão geral interrompem automaticamente os efeitos temporais das sentenças ou decisões transitadas em julgado quanto a relações jurídicas tributárias de trato sucessivo ou continuado.

De acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Dessa forma, havendo alteração no estado de fato ou de direito, a coisa julgada se torna ineficaz.

Nos recursos analisados, o caso concreto que motivou a decisão do STF envolvia a declaração de inconstitucionalidade da CSLL, obtida por contribuinte na década de 1990, quando houve o trânsito em julgado. Posteriormente, em 2007, o STF declarou que a exigência de CSLL era constitucional.

Insta observar que o Acórdão ainda não foi formalizado, o que pode implicar em novas considerações após sua análise aprofundada. Além disso, é bastante provável que haja oposição de Embargos de Declaração dos contribuintes requerendo a modulação dos efeitos para os demais casos em que a decisão seria aplicável.

Sendo assim, as considerações acima realizadas não podem ser tratadas como definitivas até que haja o encerramento da discussão pelo Plenário do STF.

A Companhia avalia que, neste momento, não há impactos significativos nas suas demonstrações financeiras como resultado da decisão supramencionada.

Diretoria

Antonio Carlos Duarte Sepúlveda - Diretor-Presidente
Daniel Pedreira Dorea - Diretor Econômico-Financeiro
Ricardo dos Santos Buteri - Diretor Comercial
Roberto Teller - Diretor de Operações

Thiago Otero Vasques - CRC nº 1 SP 238735/O-0-S-PA
Contador